



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Processo n.º : 37.219/2016-e

Origem : Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF

Assunto : Edital de concurso público

Ementa : Edital n.º 35/DGP – PMDF, que regula o Concurso Público para admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM), da Polícia Militar do Distrito Federal, publicado no DODF de 18.11.2016, republicado no DODF de 28.11.2016. Decisão n.º 6.255/2016. Diligência para retificação do edital normativo. Denúncia e pleito de alteração de edital normativo apresentados perante o MPjTCDF. Instrução do feito. Novas denúncias apresentadas perante o MPjTCDF e Ouvidoria desta Casa. Despacho n.º 012/2017 – GCMA. Reinstrução do feito. Interposição de Recurso de Revisão por Ricardo Ziegler Paes Leme, Cristiane Maria Dieter e Claudeci Gomes Marinho com pedido de liminar. Não conhecimento e perda de objeto da cautelar (Decisão n.º 4.863/2017). Novo recurso de revisão interposto por Cristiane Maria Dieter, Claudeci Gomes Marinho e Marcelo Leite Costa, também com pedido de cautelar. Não conhecimento. Cautelar prejudicada (Decisão Liminar n.º 31/2017 – GPAT – referendada pela Decisão n.º 4/2018). Improcedência da denúncia constante do item I.c da Decisão n.º 5.683/2017 (Decisão n.º 584/2018). Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público junto ao TCDF. Conhecimento. Decisão n.º 1.613/2018. **Nesta fase:** análise do mérito recursal. Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe/TCDF pugna pelo desprovimento do recurso. Arquivamento dos autos. Parecer divergente do Ministério Público. Provimento do recurso. Determinação para adoção de providências para anulação das provas discursivas dos candidatos que transcreveram as respostas das questões discursivas em local inadequado/inapropriado. VOTO convergente para o Ministério Público.

Fundamentação legal para não inclusão em pauta: art. 116, § 5º, inciso V, do RI/TCDF.

RELATÓRIO

Consistem os autos, nesta fase, em exame do mérito do Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público, em desfavor da Decisão n.º 584/2018 (e-DOC EDCDD269-e – peça 88).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A manifestação do órgão instrutivo deu-se nos seguintes termos:

“(…)

24. A nosso viso, não há fatos novos capazes de propiciar a alteração do julgamento do mérito da matéria decidida pelo TCDF, pelos argumentos a seguir expostos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

25. A matéria trazida aos presentes autos e decidida pelo TCDF pelo item II da Decisão nº 584/2018 (Peça 88) refere-se a eventual irregularidade cometida pela Banca Examinadora em não eliminar do concurso público objeto destes autos candidata que iniciou a prova discursiva pelo verso da folha de texto definitivo correspondente, a partir da linha 25 (vinte e cinco), e concluído na linha 6 (seis) do anverso, o que configuraria, “marcação de prova” e inserção de “texto em local indevido”, ocorrências que afrontariam normas do edital. Primeiramente, os representantes do MPC/DF destacam que a apuração levada a efeito nos autos revela-se importante na medida em que busca assegurar total aderência do certame aos princípios balizadores da atuação da Administração Pública, em especial, da legalidade e da impessoalidade.

26. Cabe destacar que, posteriormente, o IADES comunicou que, em realidade, foram quatro candidatos que incorreram nessa situação, sendo que um havia sido reprovado. Juntou-se cópia das provas discursivas desses candidatos na Peça 82 (fls. 17 e ss.).

27. O Parquet, no Parecer nº 76/2018-GP1P (Peça 86), esclarece que nenhum desses quatro candidatos obtiveram nota insuficiente para a reprovação na fase em comento, de sorte que a informação do IADES de houve uma reprovação não implica em argumento válido para atestar a lisura da correção da prova discursiva. Assim, a afirmação correta e completa seria que um desses quatro foi reprovado em fase posterior à prova discursiva.

28. Cremos que tal informação (de que os quatro candidatos foram aprovados na fase de prova discursiva do concurso) não constitui elemento suficiente para alterar a deliberação plenária que considera improcedente a denúncia.

29. A inversão no preenchimento das folhas definitivas da prova discursiva aparenta ter sido mero equívoco por parte dos quatro candidatos.

30. Conforme já destacamos na instrução pretérita, o fato de o candidato ter iniciado a prova discursiva pelo verso e terminado seu texto no anverso não configura marcação de prova em local indevido. O texto foi escrito dentro do local apropriado para o preenchimento da prova discursiva, não se podendo alegar que houve inscrições textuais em local indevido. Assim, adequado o posicionamento do IADES em não anular a prova discursiva dos candidatos, vez que inexistente disposição expressa no edital normativo de eliminação de candidato quando houvesse inversão no preenchimento da prova discursiva.

31. Por certo também que a inversão em questão pode ser considerada identificação de candidato, assim como qualquer sinal que estivesse apostado no campo da prova discursiva (e até mesmo a própria grafia do candidato pode ser entendida como identificação do candidato³). Todavia, no caso concreto, não há evidências de que os quatro candidatos em questão foram privilegiados em relação aos demais pelo IADES, tendo inclusive um desses quatro sido eliminado em fase posterior à prova discursiva.

32. Ademais, o fato de, em edital de concurso posterior (Curso de Formação de Praças da PMDF, normatizado pelo Edital Normativo nº 21/DGP-PMDF, DODF de 26.01.2018), haver cláusula expressa de eliminação de candidato que incorrer na situação descrita na denúncia não contamina o concurso objeto dos presentes autos, tendo em vista que não havia tal previsão no respectivo edital normativo (Edital n.º



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

35/DGP – PMDF, publicado no DODF de 18/11/2016, republicado no DODF de 28/11/2016), que vincula a banca examinadora.

33. Assim, com a devida vênia ao Ministério Público junto ao TCDF, somos pelo não provimento do recurso interposto em face do item II da Decisão TCDF nº 584/208.

34. Por fim, dando continuidade ao acompanhamento do concurso, juntamos aos autos editais relativos a diversas fases do certame, destacando-se o Edital nº 1/GCG, publicado no DODF de 13.04.2018 (Peça 191), que divulgou o resultado final do certame, devidamente homologado.

Ante o exposto, sugerimos:

I – tomar conhecimento:

a) do Ofício nº 152/2018 – DJUR – IADES (Peça 111), encaminhado pelo Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES, do OFÍCIO N.º 1367/2017 - AT/DGP (Peça 1122), encaminhado pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, considerando cumprida a diligência determinada pelo item III da Decisão n.º 1613/2018;

b) dos editais ora juntados aos autos, Peças 113 a 191, em especial do Edital nº 1/GCG, publicado no DODF de 13.04.2018, que divulgou o resultado final do concurso público de admissão ao concurso público para admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM), regulado pelo Edital nº 35/DGP – PMDF, publicado no DODF de 18.11.2016, republicado no DODF de 28.11.2016, devidamente homologado;

II – no mérito, negar provimento ao Pedido de Reexame consubstanciado na Peça 94, por insubsistência dos próprios fundamentos;

III – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público diverge da posição adotada pela unidade instrutiva. Eis seus comentários:

(...)

11. Os autos vieram para parecer do MPC/DF, que, de plano, discorda das conclusões e sugestões do Corpo Técnico, ao entendimento de que o fato apontado na representação Ministerial configura grave afronta ao ditames editais que regem o certame, bem como a princípios que regem a Administração Pública, cabendo, de fato, o exame da questão pela Corte.

12. Note-se que em uma das fases dos procedimentos adotados pela organizadora para recebimento e processamento dos cartões de resposta da prova discursiva, na qual o “cartão de resposta da prova discursiva é enviado para a central de processamento da banca examinadora, onde será verificado se existe qualquer marcação no cartão que possa ser considerada uma identificação ilegal, nos termos do edital, logo após, o cartão de resposta será distribuído para um examinador que irá proceder com a correção do mesmo”; é possível ocorrer falhas, uma vez que se pode identificar quais as provas que se quer dar tratamento diferenciado e encaminhá-las a um examinador específico.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

13. O MPC não está afirmando a ocorrência de tal hipótese, em realidade, no momento, sequer cogita da hipótese, mas apenas indicando um ponto de possível ocorrência de falha, até porque, bastante difícil estabelecer um procedimento totalmente livre de erro/falha, ainda mais quando há influência do fator humano, que não está imune a tais ocorrências. A existência de um procedimento de segurança não implica, necessariamente, a ausência de falha.

14. Ademais, consta do item 10.5 do edital, que a folha do texto definitivo da prova discursiva, dentre outras vedações, não pode conter qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva do candidato. . Na visão Ministerial, não há marca de maior visibilidade ou nitidez ou identificável que a inversão objeto do debate, iniciar a prova discursiva no verso.

15. Óbvio que há muitas formas de se tentar identificar perante a banca examinadora, tais como, a escrita, a caligrafia ou determinadas palavras ou pontuações/marcações inseridas em determinado local da prova. Mas, nenhuma dessas marcas são tão perceptíveis pelo examinador do que a inversão em comento. Não há como negar, trata-se de uma marca facilmente identificável pelo examinador ou no procedimento de triagem. Significa dizer, apenas, que a marca é de fácil identificação e ficou restrita a poucos candidatos, nos termos da informação encaminhada pela organizadora do certame.

16. Os candidatos que assim transcreveram suas provas discursivas, por descuido ou desatenção ou equívoco, sequer reconheceram o local apropriado para tal, que continha indicações claras de anverso e verso da folha, a exemplo da numeração da quantidade de linhas escritas em ordem crescente, o que implica dizer que, de fato, a transcrição definitiva da prova por esses candidatos se deu em local inapropriado.

17. Tal fato, transcrição da prova discursiva em local inapropriado, não pode ensejar o tratamento desigual ou desarrazoado em relação à imensa maioria dos candidatos que, corretamente, identificaram qual seria o local apropriado, sendo de responsabilidade de cada candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de texto definitivo, conforme consta do item 8.4 do edital. Não há necessidade de se comprovar que algum deles tenha se beneficiado da correção ou que houve afronta ao princípio da impessoalidade. O fato relevante e determinante é que transcreveram definitivamente a prova discursiva em local inadequado/inapropriado.

18. Nem se pode alegar que haveria tratamento desproporcional ao erro cometido por esses candidatos, uma vez que tal falha, em consonância com o edital, ensejaria a anulação dessas provas e consequente exclusão do certame.

19. A propósito, se tais candidatos foram convocados para etapas posteriores, a não exclusão desses candidatos pode ter causado prejuízos a terceiros que deixaram de ser convocados para os testes de aptidão física, porque, quantitativamente, limitados aos classificados até a 540ª e 60ª posição, respectivamente, para o sexo masculino e feminino, observados os empates na última posição, conforme item 16.9 do edital.

20. Quanto às argumentações trazidas pela PMDF, ressalto que a pretendida preclusão em razão de ter homologado o concurso com base na Decisão nº 584/2018 não deve prosperar, porque,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

tempestivamente, o MPC interpôs o Pedido de Reexame, conhecido com efeito suspensivo, cujo mérito ora se examina.

21. As demais, não se referem ao erro/falha/equívoco cometido pelos candidatos, transcrição da prova discursiva em local inadequado, o que enseja a anulação dessas provas dos candidatos. Referem-se, basicamente, a problemas de ordem administrativa oriundas da anulação da fase de provas: início do curso de formação marcado para o final de abril de 2018, movimentação da máquina administrativa para atender a demanda oriunda do certame, a necessidade do concurso em razão da existência de 90% dos postos de Segundo-Tenente PM vagos.

22. Nesse contexto, o MPC opina por que o e. Tribunal, a par de acolher as sugestões contidas no item I das sugestões da Unidade Técnica:

I – no mérito, dê provimento ao Pedido de Reexame manejado pelo Ministério Público de Contas;

II – determine à organizadora do certame e à PMDF que adotem providências no sentido de anular as provas dos candidatos que, indevidamente, transcreveram definitivamente as respostas das questões discursivas em local inadequado/inapropriado da folha de texto definitivo e, em caso de haver prejuízo a candidatos que poderiam ter sido convocados para os subseqüentes testes de aptidão física, convoque-os para participarem das próximas fases do certame.

É o relatório.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

VOTO

O presente processo trata do exame do Edital n.º 35/DGP-PMDF, que regula o concurso público para admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM), da PMDF, publicado no DODF de 18.11.2016, republicado em 28.11.2016.

Nesta fase processual, analisa-se, exclusivamente, o mérito do Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público, em desfavor da Decisão n.º 584/2018 (e-DOC EDCDD269-e – peça 88). Nesse sentido, deixo assentado, de plano, a percepção concreta de que o princípio da razoabilidade é companheiro do Ministério Público. Daí porque adotar na íntegra o seguinte posicionamento do *Parquet*, como razões de decidir:

(...)

14. Ademais, consta do item 10.5 do edital, que a folha do texto definitivo da prova discursiva, dentre outras vedações, não pode conter qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva do candidato. Na visão Ministerial, não há marca de maior visibilidade ou nitidez ou identificável que a inversão objeto do debate, iniciar a prova discursiva no verso.

15. Óbvio que há muitas formas de se tentar identificar perante a banca examinadora, tais como, a escrita, a caligrafia ou determinadas palavras ou pontuações/marcações inseridas em determinado local da prova. Mas, nenhuma dessas marcas são tão perceptíveis pelo examinador do que a inversão em comento. Não há como negar, trata-se de uma marca facilmente identificável pelo examinador ou no procedimento de triagem. Significa dizer, apenas, que a marca é de fácil identificação e ficou restrita a poucos candidatos, nos termos da informação encaminhada pela organizadora do certame.

16. Os candidatos que assim transcreveram suas provas discursivas, por descuido ou desatenção ou equívoco, sequer reconheceram o local apropriado para tal, que continha indicações claras de anverso e verso da folha, a exemplo da numeração da quantidade de linhas escritas em ordem crescente, o que implica dizer que, de fato, a transcrição definitiva da prova por esses candidatos se deu em local inadequado.

17. Tal fato, transcrição da prova discursiva em local inadequado, não pode ensejar o tratamento desigual ou desarrazoado em relação à imensa maioria dos candidatos que, corretamente, identificaram qual seria o local apropriado, sendo de responsabilidade de cada candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de texto definitivo, conforme consta do item 8.4 do edital. Não há necessidade de se comprovar que algum deles tenha se beneficiado da correção ou que houve afronta ao princípio da impessoalidade. O fato relevante e determinante é que transcreveram definitivamente a prova discursiva em local inadequado/inadequado.

18. Nem se pode alegar que haveria tratamento desproporcional ao erro cometido por esses candidatos, uma vez que tal falha, em consonância com o edital, ensejaria a anulação dessas provas e consequente exclusão do certame.

Advirta-se, em realidade, que não se está no momento fazendo qualquer análise subjetiva de má-fé dos candidatos, exatamente ao contrário. Trata-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

se da constatação da ocorrência de erro punível com a exclusão do certame, ante a aplicação nem tão complexa do princípio da razoabilidade.

Não se observa, ademais, tanto nas justificativas apresentadas pelo IADES, quanto pela PMDF, quaisquer atenuantes ao erro cometido pelos quatro candidatos inseridos na apuração do mérito recursal.

Dessa forma, em harmonia com o *Parquet*, VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

I. tome conhecimento:

a) do Ofício n.º 152/2018 – DJUR – IADES (Peça 111), encaminhado pelo Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES, do Ofício n.º 1367/2017 - AT/DGP (Peça 112), encaminhado pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, considerando cumprida a diligência determinada pelo item III da Decisão n.º 1.613/2018;

b) dos editais ora juntados aos autos, Peças 113 a 191, em especial do Edital n.º 1/GCG, publicado no DODF de 13.04.2018, que divulgou o resultado final do concurso público de admissão ao concurso público para admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM), regulado pelo Edital n.º 35/DGP – PMDF, publicado no DODF de 18.11.2016, republicado no DODF de 28.11.2016, devidamente homologado;

II. no mérito, dê provimento ao Pedido de Reexame manejado pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, a fim de determinar à organizadora do certame e à PMDF a adoção de providências no sentido de anular as provas dos candidatos que, indevidamente, transcreveram definitivamente as respostas das questões discursivas em local inadequado/inapropriado da folha de texto definitivo e, em caso de haver prejuízo a candidatos que poderiam ter sido convocados para os subsequentes testes de aptidão física, convoque-os para participarem das próximas fases do certame;

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe/TCDF, para fins de arquivamento.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2018

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro-Relator